

1 Ata nº 225 da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde (CMS) de Jaciara,
2 realizada aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às quatorze
3 horas e vinte e cinco minutos, nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde de
4 Jaciara, conforme lista de presença anexa. A presidente do Conselho Municipal de Saúde,
5 Sra. Suely Cristina Castro da Silva de Moraes iniciou a reunião informando que será
6 marcada para a segunda quinzena de abril reunião com a comissão de análise do
7 Relatório Anual de Gestão – RAG/2017, onde está deverá reunir-se para analisar os dados
8 do ano de 2017 e emitir parecer. Em seguida, questionou se algum conselheiro, que ainda
9 não participa, gostaria de compor a referida comissão e o conselheiro Vanuberci Monteiro
10 optou por participar. Na sequência foi retomado o tema da reunião anterior, o termo de
11 parceria entre o Instituto de Promoção Humana e Ambiental Paiaguás e o Município de
12 Jaciara. A presidente Suely questionou se, além dos pontos levantados na última reunião,
13 haveria mais alguma dúvida ou alteração a ser solicitada. O conselheiro Pedro Soares
14 Neto falou sobre as dificuldades que ele vem identificando no SUS, inclusive relatando que
15 não pode realizar um procedimento odontológico na unidade de saúde do seu bairro por
16 falta de anestésico, e que em meio a esses problemas não concorda que o município gaste
17 pagando a taxa de administração prevista no contrato. Enfatizou ainda a sua preocupação
18 em relação aos servidores efetivos em relação a empresa Paiaguás. A presidente Suely
19 esclareceu que a taxa de administração é de praxe nesse tipo de contrato e que a empresa
20 não irá administrar os servidores efetivos e nem tão pouco interferir no trabalho destes,
21 visto que irá atuar justamente no preenchimento das vagas para onde não há concursados.
22 O conselheiro Pedro Soares Neto sugeriu que seja estipulada uma multa ou penalidade
23 caso haja reclamações comprovadas contra o Instituto Paiaguás ou seus contratados. O
24 conselheiro Fabrício Fabian relatou também que há muitas reclamações sobre os
25 servidores efetivos. A presidente do Conselho Municipal de Saúde, Sra. Suely Cristina
26 Castro da Silva de Moraes lembrou que no Estatuto dos Servidores Públicos do
27 município estão previstas punições para os servidores efetivos, porém as mesmas não são
28 aplicadas aos funcionários contratados, o que deveria ser revisto, O conselheiro Vanuberci
29 Monteiro solicitou que seja especificado no termo de parceria medidas disciplinares para o
30 profissional que desempenhar mal a função, mas para a empresa também. Os demais
31 conselheiros concordaram e a proposta foi aprovada. O conselheiro Pedro Soares Neto
32 disse que gostaria que os recursos para custear a referida parceria não saíssem da conta
33 da saúde, mas a presidente Suely explicou que essa possibilidade não é viável. O
34 conselheiro Gerson Rodrigues de Souza propôs que o termo de parceria seja aprovado e
35 que o conselho acompanhe o desenvolvimento das atividades e os balancetes. A
36 presidente Suely esclareceu que é possível fazer essas especificações no plano de
37 trabalho. O conselheiro Eurípedes Rodrigues Borges acrescentou que deve haver uma
38 cláusula prevendo a rescisão do contrato imediatamente, caso o instituto pratique algum
39 ato ilícito, como irregularidades trabalhistas. E ressaltou a importância do papel fiscalizador
40 do conselho. O conselheiro Pedro Soares Neto relatou sua preocupação com a falta da
41 definição se um (a) secretário (a) de saúde, sendo que é preciso uma nomeação imediata,
42 assunto aprovado por todos presentes, também manifestou preocupação com contratação
43 da OSCIP. A presidente Suely reforçou que a secretaria de saúde não perderá sua
44 autonomia em gerenciar as atividades, estabelecimentos, programas e projetos do
45 município. O conselheiro Pedro Torres questionou sobre quais valores é calculada a taxa
46 de administração repassada ao instituto e a senhora Suely respondeu que a secretaria de
47 saúde irá arcar somente com o que for gasto na saúde, não cabendo participação no que
48 for contratado por outras secretarias. O conselheiro Eurípedes perguntou se a secretaria
49 de saúde tem contabilidade própria ou ainda está vinculada à prefeitura. Então a
50 presidente Suely esclareceu que atualmente não há estrutura para que a contabilidade

51 seja completamente descentralizada, mas que o secretário de saúde nomeado é
52 ordenador e responsável pelas despesas e por gerir os recursos, podendo ter um
53 profissional que facilite a contabilidade na Secretaria de Saúde. E que cada um deve
54 cumprir o seu papel, o secretário (a) e a administração municipal deve ocupar-se da gestão
55 e o conselho municipal de saúde tem suas competências como recomendar, aprovar,
56 reprovando, fiscalizar, respeitando os limites para a sua atuação, sendo que desta forma a
57 parte de execução das ações e serviços cabe a administração/gestão. Em seguida, a
58 presidente reiterou que a análise do relatório anual de gestão iniciará na próxima quinzena.
59 O conselheiro Pedro Soares Neto sugeriu que as informações do relatório de gestão sejam
60 analisadas trimestralmente, ponto de consenso de todos presentes. Foi colocado em
61 votação o termo de parceria entre o Instituto de Promoção Humana e Ambiental Paiaguás
62 e o Município de Jaciara, o qual foi aprovado com dezesseis votos favoráveis e três votos
63 contrários, ficando registrado os votos contrários dos conselheiros Pedro Soares Neto,
64 Ivone Ferreira de Souza e Pedro Rodrigues Torres. Na sequência a presidente do
65 Conselho Municipal de Saúde, Sra. Suely Cristina Castro da Silva de Moraes informou que
66 o Plano de Educação Permanente em Saúde está sendo reajustado, sob responsabilidade
67 da coordenadora da EPS, sr^a Mirna Thomé Monte, e que depois de formatado será
68 apresentado ao conselho, lembrando que é uma atualização do plano já aprovado pelos
69 conselheiros. Disse ainda que os documentos, atas, resoluções do conselho estão
70 atualizados e disponíveis no portal da transparência. Em seguida, houve uma conversa
71 sobre o aparelho de raio X do Hospital Municipal de Jaciara e seus reparos, tendo
72 indicação dos conselheiros para que haja priorização para a resolução do conserto e que
73 este volte a funcionar plenamente. Nada mais havendo para tratar a Sra. Suely Cristina
74 Castro da Silva de Moraes encerrou a reunião, da qual, para constar, eu, Ellys Marina
75 Corrêa Lucchin, lavrei a presente ata. Jaciara, vinte e seis de março de dois mil e dezoito.